



ACÓRDÃO Nº 778/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11584/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Francisco Tullio da Silva Marinho - OAB/AM A901 e Carlos Augusto Azevedo da Silva Junior - OAB/AM 9004
- 4- **Órgão:** Casa do Albergado de Manaus
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Pedro Florencio Filho (Ordenador de Despesa), Louismar de Matos Bonates (Ordenador de Despesa), Antonio Jorge de Albuquerque Santiago (Ordenador de Despesa), Leandro Souza de Lima (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3896/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa do Albergado de Manaus. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Casa do Albergado de Manaus, Exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Louismar de Matos Bonates** (período de 01/01 a 30/09/2015), na condição de ex-Secretário da SEAP, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Casa do Albergado de Manaus, Exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Pedro Florêncio Filho (período de 01/10 a 08/10/2015)**, na condição de ex-Secretário da SEAP, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96;
- 10.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Casa do Albergado de Manaus, Exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Antônio Jorge de Albuquerque Santiago (período de 01/01 a 01/05/2015)**, como ordenador de despesa, nos termos do art. 19, II, c/c



ACÓRDÃO Nº 778/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o art. 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96, em razão das impropriedades e irregularidades não sanada dos **itens 05 a 08**, da fundamentação deste voto;

- 10.4. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais da Casa do Albergado de Manaus, Exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Leandro Souza De Lima (período de 01/05 a 01/10/2015)**, como ordenador de despesa nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96, em razão das impropriedades e irregularidades não sanada dos **itens 05 a 08**, da fundamentação do voto;
- 10.5. Aplicar Multa** ao **Sr. Antonio Jorge de Albuquerque Santiago** no valor de **R\$ 2.192,06**, referente a 5% (cinco por cento) do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM n.º 25/12, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pelas irregularidades não sanadas, constantes dos **itens 05 a 08**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.6. Aplicar Multa** ao **Sr. Leandro Souza de Lima** no valor de **R\$ 2.192,06**, referente a 5% (cinco por cento) do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM n.º 25/12, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pelas irregularidades não sanadas, constantes dos **itens 05 a 08**, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº 778/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.7. Recomendar** à Casa do Albergado de Manaus que observe as disposições contidas nos arts. 10, da Lei nº 2.423/1996, 70, da CF/88 e 39, da CE/89, no que tange à necessidade de apresentação de Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno junto à Prestação de Contas.

11- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral